



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

VIA DO
SEAS

CONTRATO 064/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE E DE OUTRO, O INSTITUTO ENSINAR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IEDS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, são partes o **MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 08.260.663/0001-57, com sede na Av. Belmino Correia nº 2340, Timbí, Camaragibe/PE, por intermédio **DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.207.519/0001-24, neste ato representado pelo seu Secretário e Ordenador de Despesas **Sr. EDUARDO NAPOLEÃO COELHO DE MIRANDA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.998.134-63, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** de um lado, e, de outro lado o **INSTITUTO ENSINAR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - IEDS**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 10.333.399/0001-86, com Endereço à Rua do Piza, nº 137, Santa Tereza, Olinda/PE – CEP: 53.010-110, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **Sr. MANASSÉS MANOEL DOS SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.372.054-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, Celebram o presente instrumento de acordo com o Chamamento Público nº 003/2014, Dispensa nº 013/2014, tem justa e **CONTRATADA**, o fornecimento e a execução dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital, seus anexos e à proposta apresentada pela **CONTRATADA** no referido certame, sujeitando-se as partes contratantes às normas regidas pela Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e respectivas alterações, LC 123, de 14/12/2006, pela IN nº 05 de 21/07/1995, do MARE, e alterações, IN SRP Nº03, de 14/07/2005 e suas alterações, bem como às cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO, SEM**

Av. Belmino Correia, 2.340 – Timbí – Camaragibe-PE – CEP 54768-000 – Fone (0xx81) 2129-9500 – CNPJ 08.260.663/0001-57.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FINS LUCRATIVOS, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO PRODUTIVA – CIP E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PERNAMBUCO NO BATENTE, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) MÓDULOS DE QUALIFICAÇÃO (SOCIAL PROFISSIONAL E PRODUTIVA), EM DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA – TÊXTIL, PARA ATENDIMENTO DE 100 (CEM) JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE, conforme disposto nas cláusulas seguintes e de acordo com o Chamamento Público 003/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

A contratação, consubstanciada no presente contrato, foi objeto de chamamento público sob a forma de dispensa de licitação albergada no Art. 24, Inciso XIII, de Lei 8.666/93, além de submeter-se aos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATIVIDADES

As atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA deverão obedecer ao que estabelece o Termo de Aceite (Sistema de Transferência Automática e Regular de Recursos Financeiros Fundo a Fundo), firmados entre o Governo do Estado e o Município de Camaragibe, por intermédio da Secretaria de Assistência Social do município de Camaragibe, bem como o Cronograma de Execução constante da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

Pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato e obedecidas às demais condições estipuladas neste instrumento, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, desde que os serviços sejam efetivamente realizados, o valor global de **R\$ 271.583,00 (Duzentos e Setenta e Um Mil, Quinhentos e Oitenta e Três Reais).**

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Contrato será pago através de recursos oriundos do Governo do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

estado conforme prevê o Termo de Aceite (Sistema de Transferência Automática e Regular de Recursos Financeiros Fundo a Fundo) em anexo, ao **CONTRATANTE**, oriundo da dotação orçamentária de nº **02.0218.2271.339039-228**, conforme nota (s) de empenho (s) abaixo discriminada:

NE nº: **2014-00209-00-5**

Data da emissão: **20/08/2014**

Atividade/Projeto: **2271**

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades de execução das atividades realizadas;
- b) Validar a equipe técnica selecionada pela CONTRATADA para a execução dos serviços;
- c) Monitorar a execução técnica e financeira e realizar a liberação dos recursos financeiros mediante apresentação dos produtos previamente definidos e aprovados;
- d) Monitorar os custos e acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas neste termo;
- e) Autorizar o uso da logomarca do município para ser utilizado no material de divulgação e nos documentos dos serviços contratados;
- f) Realizar, diretamente ou por terceiro pactuado, o monitoramento, avaliação e fiscalização da execução do Contrato;
- g) Pagar o preço total contratado em quatro parcelas sucessivas, conforme cronograma de desembolso definido neste termo de referência, mediante apresentação dos produtos previamente estabelecidos e aprovados, de relatórios de atividades e prestação de contas da CONTRATADA;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder ao processo seletivo para a composição da Equipe de Execução dos serviços, conforme perfis e responsabilidades estabelecidas no Termo de Referência, contratando os profissionais, selecionados após validação, pela CONTRATANTE, da seleção realizada;
- b) Fornecer materiais de expedientes, didáticos, pedagógicos, incluindo o material didático dos instrutores e demais materiais necessários para realização das atividades previstas;
- c) Responder pela execução física e financeira dos serviços contratados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- d) Elaborar e produzir o planejamento, material didático/pedagógicos necessários à realização das atividades;
- e) Elaborar e entregar relatórios técnicos e gerenciais mensais com dados quantitativos e qualitativos que avaliem as atividades desenvolvidas (estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução), conforme o cronograma.
- f) Elaborar e apresentar relatório final que consolidem todo o processo de implementação do projeto e guardando as especificidades municipal e regional detalhando desenvolvimento das atividades;
- g) Apresentar, prestação de contas com comprovantes das despesas realizadas, na execução dos serviços contratados, inclusive impostos e recolhimentos previdenciários devidamente detalhados referentes aos profissionais contratados;
- h) Disponibilizar, mediante seleção, profissionais qualificados com formação e experiência comprovada na área onde atuará, apresentando previamente seus currículos para validação pela Prefeitura, inclusive nos casos de suas eventuais substituições, que serão validadas mediante a indicação dos motivos para tanto;
- i) Atender ao dispositivo do inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, ou seja, não empregar, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 anos, e, em qualquer trabalho, os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- j) Utilizar a logomarca fornecida pelo município, nos material de divulgação e documentação dos serviços contratados, inclusive em veículo locado com recursos financeiros deste contrato;
- k) Devolver à CONTRATANTE, mediante Termo de Ajuste de Contas, os valores que, recebidos, não forem aplicados nas atividades atinentes ao objeto deste Contrato, bem como os que forem utilizados em atividades diversas das constantes do Contrato, como também as sobras financeiras não utilizadas;
- l) Pagar os profissionais que contratar com a remuneração nunca inferior ao valor de sua proposta, aprovada na seleção e segundo a legislação trabalhista;

CLÁUSULA OITAVA - DAS NORMAS GERAIS

Os proponentes sujeitar-se-ão às disposições da legislação pertinente, à Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, no que diz respeito à execução do serviço contratado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da CONTRATADA assegurará à CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do Artigo 77, da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nos casos citados no artigo 78 da mesma lei, garantida a prévia defesa sempre mediante notificação por escrito.

PARÁGRAFO ÚNICO – A rescisão também se submeterá ao regime prévio no artigo 79, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela CONTRATADA, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão ser-lhe impostas, artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8666/93, cabendo a CONTRATADA as seguintes penalidades, ressalvado o direito de ajuizar ações judiciais para apurar a responsabilidade civil e criminal:

- I. Advertência por escrito;
- II. Suspensão do Contrato, em caso de constatação de ocorrências apontadas pela CONTRATANTE;
- III. Multas:
 - a) De 2% (dois por cento) do valor do Contrato proposto pela CONTRATANTE, no caso de recusa da assinatura do mesmo, no prazo de 15 dias úteis, contados da data de negociação;
 - b) de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso na execução dos serviços até o 30º dia, ou se os mesmos forem entregues em condições diversas das pactuadas, a não ser por motivos de força maior, desde que definidos em Lei;
 - c) de 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, por prazo superior a 60 (sessenta) dias e nos casos em que a inadimplência ensejar a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de 10 (dez) meses, adstrito à vigência de créditos orçamentários.

O prazo de execução dos serviços será de 10 (dez) meses, a contar da data da assinatura da ordem de serviço ou da nota de empenho, adstrito à existência de créditos orçamentários.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A CONTRATADA apresentará, mensalmente, à CONTRATANTE, em data pré-estabelecida pela mesma, a fatura e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal de serviços devidamente conferida e atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de valores inferiores a R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) poderá ser efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do ateste da fatura, nos termos do § 3º, do art. 5º, da lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão glosados os procedimentos cobrados de forma irregular ou indevida, mediante comunicação à CONTRATADA, apontando as razões da glosa, ou a devolução do faturamento mensal para as necessárias correções. As glosas efetivadas poderão ser objeto de questionamento, por parte da CONTRATADA, garantidos inclusive, a ampla defesa e o contraditório, conforme determina a CF/88. O registro da glosa será efetuado com base no art. 11 da IN/TCU nº 35 de 23/08/00. Os valores glosados são calculados com base na tabela de procedimentos vigentes no mês de competência.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes, mediante procedimentos de supervisões operativas e analíticas, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro – Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

Parágrafo Segundo – Periodicamente a CONTRATANTE vistoriará as instalações de execução do curso, para verificar se persistem as mesmas condições técnica básicas, comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE designará um servidor titular e um substituto, para executar a fiscalização deste contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório.

Parágrafo Quarto – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a revisão das condições ora estipuladas, reduzir no todo ou em parte a quantidade de demanda por ventura destinada à CONTRATADA, ou, em última análise a rescisão contratual.

Parágrafo Quinto – A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA de sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Contrato.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a supervisão permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos técnicos da CONTRATANTE designados para tal fim.

Parágrafo Sétimo – Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA o amplo direito de defesa, o contraditório e o devido processo legal nos termos das normas gerais, da lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DAS PENALIDADES

Pela inobservância por parte da CONTRATADA de cláusulas ou obrigações constantes deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE aplicará, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

- 1 - Advertência por escrito;
- 2 - Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- 3- Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Município de Camaragibe, por prazo não superior a dois anos;
- 4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas serão descontadas das faturas a serem pagas à CONTRATADA ou, em caso de impossibilidade, cobradas judicialmente.

Parágrafo Segundo – As penalidades previstas neste instrumento de contrato são autônomas e suas aplicações são cumulativas na forma do art. 87, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Terceiro – Na aplicação de qualquer das penalidades será assegurado à CONTRATADA o direito a ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, que deverá ser exercido sempre por escrito e na forma prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA RESCISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, nos termos dos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Camaragibe, para dirimir as questões eventualmente oriundas do presente negócio jurídico, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por assim estarem acordes, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Camaragibe, 25 de Agosto de 2014.




EDUARDO NAPOLEÃO COELHO DE MIRANDA
CONTRATANTE



MANASSÉS MANOEL DOS SANTOS
CONTRATADO


Dr. Manoel L. Braga Neto
Advogado em Camaragibe e Contratos
CPF: 028.27413

TESTEMUNHAS:



NOME: 054.962.114-20
CPF: Address Vial

NOME:
CPF: